

PINGA-FOGO

■ O RIO PERDE A CHANCE DE SER O PROTAGONISTA DOS 200 ANOS DE D. PEDRO II POR DES-CASO DOS NOSSOS GOVERNANTES COM A HISTÓRIA - É inacreditável como o Rio renega o seu papel de relevância na história e desdenha a sua importância como centro da vida Nacional. É efeito da falta de bairrismo. Pergunte a 10 cariocas ou fluminenses o que acontecerá no próximo dia 02 de dezembro? Nove vão dizer que é o Dia Mundial do Samba e um não vai saber responder. É inacreditável.

■ No próximo dia 02 de dezembro, o Brasil comemora os 200 anos do nascimento do Imperador D. Pedro II. O nosso carioca mais ilustre, nascido no Palácio de São Cristóvão e que repousa na Catedral de Petrópolis.

■ O que está sendo planejado para os 200 anos de D. Pedro, que governou o Brasil por seis décadas e uma das figuras mais emblemáticas da história brasileira? Absolutamente nada.

■ O único a comemorar será o Museu Imperial de Petrópolis que fará um ciclo de palestras e o seu diretor Maurício Vicente Junior, que participará de algumas mesas redondas.

■ No Palácio de São Cristóvão, hoje o Museu Nacional em reconstrução, não teremos nada. Na cidade na qual Pedro Alcântara nasceu não está previsto nada no calendário oficial. Estado e capital estão omissos em uma data tão significativa. As secretarias estaduais e municipais de Cultura e de Educação estão omissas.

■ A cidade de Petrópolis, em penúria financeira, vai deixar a data passar em branco. E em Brasília, com o Ministério da Cultura e da Educação, nada acontecerá. O único evento previsto é a reabertura do Som e Luz do Museu Imperial, com lei de incentivo do Governo do Estado e só. Será o mesmo espetáculo só que terá nova tecnologia.

■ A data é pertencente ao Rio e o nível de omissão é incompreensível. O Rio foi a capital do Reino português e aqui D. Pedro II reinou pelo período mais longo da história. Isso não significa absolutamente nada para os nossos governantes. Em tempo: o Palácio Guanabara foi a residência da Princesa Isabel.

■ A BRAVATA DO MARIDO DA MINISTRA DE LULA - Curiosa a bola de cristal do deputado Federal Lindbergh Farias afirmando que “haverá operação da Federal” para acabar com o “braço político” das facções criminosas no Rio. Afirmou isso no programa de uma emissora de tv noticiosa.

■ Bola de cristal ou informação privilegiada? O caso fica mais delicado já que o parlamentar é casado com a ministra Gleisi Hoffman do governo Lula.

■ VACINADO CONTRA A MOSCA AZUL - O Governador Claudio Castro não se anima com as conversas sobre a sua entrada na eleição presidencial de 2026. Quem puxa este assunto com ele perde ponto. Ele não está mordido pela mosca azul e só tem um foco: terminar o mandato de governador ou na hipótese de arrumar a



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Fotos: Brunno Dantas e Rafael Oliveira/TJRJ

Desembargadora do TRF 2ª Região, Letícia de Santis Mello; vice presidente do TRF 2ª região, Marcus Abrahan; ministro do STJ, Luis Felipe Salomão; Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze; desembargador TRF 2ª Região, Flávio Oliveira Lucas; presidente do TRF 2, Luiz Paulo da Silva Araújo Filho; Ministro do STJ, Antônio Saldanha Palheiro; presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto; desembargadora do TRF da 2ª Região, Liliane Roriz; corregedor regional da justiça federal da 2ª Região, desembargador federal Firly Nascimento



Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze com o desembargador Elton Leme



Desembargador Mauro Martins; desembargador Fábio Uchoa



Ministro do STJ, Antonio Saldanha Palheiro com o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto



Presidente do TJRJ, des. Ricardo Couto com corregedor regional da justiça federal da 2ª Região, des. federal Firly Nascimento



Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze; juíza federal titular da 5ª vara federal criminal, Adriana Cruz; ministro do STJ, Luis Felipe Salomão; desembargador Mauro Martins



Ministro do STJ, Antonio Saldanha Palheiro; ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze



Presidente do TRF 2, Luiz Paulo da Silva Araújo Filho; desembargador Elton Leme



Presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto; ministro do STJ, Luis Felipe Salomão; desembargador Fábio Uchoa; Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze

casa, sair candidato ao Senado pelo Rio. Fora isso, ele sabe que é papo de bajuladores ou, pior, de inimigos querendo que ele vire vitrine. Castro tem pé no chão e não se embriaga com o momento de popularidade.

■ PAES E O PAPA: AUDIÊNCIA PAPAL MARCADA A JATO - O prefeito Eduardo Paes marcou ponto junto à comunidade conservadora, e principalmente, ao ser recebido em Roma pelo Papa Leão XIV e ao convidá-lo ofi-

cialmente para uma visita ao Rio para os 100 anos do Cristo Redentor em 2031.

■ O convite para centenário do Cristo foi feito após receber primeiro o sinal verde da Santa Sé para a ideia e a audiência de Eduardo Paes teve um efeito político calculado, também pela igreja do Rio, que é simpática à sua candidatura ao Governo do Rio. A ideia do convite subiu em pleno Corcovado na visita do Príncipe de Gales William ao monumento no dia 05 e

foi agenda em tempo recorde, uma demonstração de prestígio do prefeito.

■ Este vínculo com a igreja católica é outro elo entre o prefeito Eduardo Paes e o Governador Cláudio Castro.

■ O XADREZ POLÍTICO DE EDUARDO PAES - Abençoado agora até pelo Papa, Eduardo Paes vive um momento de maturidade política exemplar. Saiu de cena em plena repercussão da operação Contenção, soube captar o sen-

timento da população. Para ele, se o jogo político continuar como está, ele ganha no primeiro turno.

■ Tudo que o seu grupo político não deseja são fatores surpresa, como colocar uma eleição suplementar no meio do caminho. Os avisos já foram dados em todas as direções, inclusive para Brasília. Desarrumar as peças do tabuleiro do xadrez político, com jogo tão favorável, é o pior dos cenários. Do jeito que está hoje, Paes só perde para ele mesmo.

Tales Faria

Em busca de relator aliado, Motta paralisa PL do devedor contumaz

O projeto de lei complementar (PLP) número 125 de 2022, chamado Código de Defesa do Contribuinte, estava parado no Congresso, mas voltou a tramitar por conta da Operação Carbono Oculto. Foi quando a Polícia Federal identificou mais de 60 postos de combustíveis, empresas de fachada, fundos de investimento e fintechs usados para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, Piauí, Maranhão e Tocantins. O governo federal notou que o PLP, que regulamenta a figura do devedor contumaz, pode ser usado contra os fraudadores e deu um impulso ao projeto, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A opinião pública se sensibilizou

e o texto foi aprovado no Senado por unanimidade (71 votos a zero) no dia 2 de setembro. Chegou à Câmara sete dias depois e os deputados já aprovaram a urgência na tramitação para mandar o projeto diretamente ao plenário, sem passar pelas comissões. O devedor contumaz é definido como o contribuinte com dívida injustificada, superior a R\$ 15 milhões e correspondente a mais de 100% do seu patrimônio conhecido. Em âmbito estadual e municipal, o texto considera como devedor contumaz quem tem dívidas com os fiscos de forma reiterada (por pelo menos quatro períodos de apuração consecutivos ou seis alternados no prazo de 12 meses) e injustificada. Ou seja, o projeto combate a prática de empresas que deixam de pagar

tributos de forma reiterada como parte de sua estratégia de negócio. Daí porque passou a ser popularmente chamado de “PL do Devedor Contumaz”. O texto oferece ao Tesouro um ganho fiscal estimado em até R\$ 14 bilhões anuais, apenas considerando o setor de combustíveis, sem a necessidade de criar um novo imposto. No total, a Receita Federal calcula que são pelo menos mil empresas com uma dívida de R\$ 240 bilhões que podem ser enquadradas como devedoras contumazes. Um grupo de oito frentes parlamentares do Congresso lançou, no final de setembro, manifesto conjunto em apoio ao avanço do projeto. O documento defende que a modernização do sistema tributário brasileiro, com segurança jurídica para contribuintes

regulares, trará a recuperação de até R\$ 30 bilhões por ano com o combate ao crime organizado fiscal. Na sexta-feira (14), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou pressa: “A lei do devedor contumaz inibe essa prática e evita que o criminoso lave o dinheiro e irrigue o crime organizado novamente. [...] Depois do Carbono Oculto, o Senado votou por unanimidade. Assim, eu espero que não seja preciso outro evento desse tamanho para a Câmara se sensibilizar.” No entanto, passados mais de dois meses do envio do projeto à Câmara, assim como mais de duas semanas desde que a urgência para a votação foi aprovada pelos deputados, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-

PB), ainda não destacou um relator. O temor do governo é que Motta tenha freado a tramitação por causa exatamente do aporte ao Tesouro que ocorrerá com a aprovação do projeto. Ao esticar a corda, Motta estaria, mais uma vez, pressionando o governo a ajudar seu pai, Nabor Vanderley, na disputa ao Senado pelo Republicanos da Paraíba. Estaria também à procura de um relator com o perfil daquele que escolheu para relatar o Projeto de Lei Antifacção, o secretário licenciado de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite (Progressistas-SP). Derrite está na quinta versão do relatório em que tentou diminuir atribuições e recursos da Polícia Federal, assim como equiparar facções criminosas a organizações terroristas.